

Universidade de Brasília – UNB.  
Instituto de Ciências Humanas – IH.  
Departamento de Serviço Social – SER.  
Programa de Pós-graduação em Política Social.

A avaliação escolar como agente favorecedor da exclusão social.

Nome: Dalvanisa Luiz Silva de Oliveira.

Brasília, Distrito Federal.

Outubro de 2003.

Universidade de Brasília – UNB.

Instituto de Ciências Humanas – IH.

Departamento de Serviço Social – SER.

Programa de Pós-graduação em Política Social.

A avaliação escolar como agente favorecedor da exclusão social.

Projeto de pesquisa com caráter  
avaliativo apresentado à seleção  
de Pós-graduação em Política Social  
junto ao departamento de Serviço  
Social – UNB.

Nome: Dalvanisa Luiz Silva de Oliveira.

Brasília, Distrito Federal.

Outubro de 2003.

Avaliar é uma tarefa bastante complexa, que exige do avaliador uma postura passiva, concreta e consciente, uma vez que por sua ação pode acabar rotulando, discriminando e até mesmo excluindo um cidadão em sociedade (Gadotti, 1997).

Muitos se questionam como desenvolver uma avaliação eficiente que realmente venha a analisar, testar e medir os conhecimentos de um aluno sem passar sua personalidade; evitar a formulação de juízos e não ser o responsável por uma avaliação incoerente com o real desempenho adquirido e ter critérios coerentes e cabíveis com a sua prática docente, visando sempre estar buscando promover o desempenho do aluno e evitar ser responsável por vitimar um aluno ao fracasso escolar.

O professor apesar de estar informado que o ato educacional, é um ato recíproco, onde ao mesmo tempo o aluno recebe informações, relata experiências e até mesmo cita exemplos que vem a facilitar o trabalho que é orientado pelo professor. A educação apesar de ter novas essências (uma vez que instrui para viver em uma sociedade que exige um cidadão crítico, participativo e que seja dotado de uma série de potencialidades para se manter um mundo neoliberal-globalizado – Antunes; 1993), mantém em grande parte de suas instituições educacionais públicas, profissionais que apesar de serem instruídos, desenvolvem em sua prática uma educação tradicional, que não vem a atender a real demanda da sociedade (Cool ; 1994).

Outro aspecto de fundamental importância na prática educacional é que o educador exige do seu aluno algo que o mesmo não conseguiu atingir dentro de sua sala de aula e avalia como se fosse um conteúdo desenvolvido em sala e que todos conseguiram assimilar a ponto de coloca-lo em sua aplicabilidade prática ou até mesmo na hora de uma necessidade, como por exemplo, na hora de uma prova.

Dentro dos critérios que orientam a prática educacional, o professor deve sempre estar vigiando-se sobre o poder de avaliação desenvolvido para com o seu aluno, respeitar as diferenças e valorizar o aluno em toda a sua essência prática, é de práxis a todo o profissional que atua na área educacional.

Para entender o poder e a função social da avaliação, é a “fabricação da excelência escolar” (André & Passos – 1994), que como outras instituições da sociedade, a escola define um conjunto de normas de excelência em torno das quais se pauta a avaliação. Estas normas ensejam comparações entre os indivíduos e, em

consequência, o estabelecimento de hierarquias, conforme o maior ou menor grau de aproximação à norma. Assim, desde as primeiras séries, os alunos aprendem a se comparar e a se situar frente às normas de excelência estabelecidas pela escola e vão fazendo as classificações, e a partir do momento que existe a classificação dar-se margem a exclusão dar-se à exclusão da escola, debilitação da estima do indivíduo e por seguinte o início da exclusão que assume rapidamente o âmbito social.

Quando as tarefas são as mesmas para todos os alunos e as condições similares, as diferenças de desempenho ficam mais claras e a hierarquização aparece mais rapidamente. O professor, quer queira quer não encarna a norma. Dificilmente ele conseguirá orientar o trabalho dos alunos sem emitir implícita ou explicitamente um juízo de valor “(André & Passos – 1994)”.

Avaliar é uma tarefa complexa que deve ser desenvolvida com todos os critérios a fim de evitar atribuir uma menção além ou aquém do recebido, pois refletir sobre a prática educacional avaliativa é uma forma de integrar pessoas que estão à margem do contexto social e principalmente educacional e para integrar este, é necessário capacitá-lo em qualidade de educação não dando margem à exclusão e sim refletir sobre a prática avaliativa evitando rotulações e prensando por uma qualidade educacional respeitando as diferentes inteligências apresentadas por seus alunos. (Antunes, 1993).

Para o professor que vive em todo um percurso de ano com seu aluno; avaliar é uma tarefa difícil, avaliar um aluno apenas pelo desempenho acadêmico em provas sem excluir e marginalizar, é um processo de bastante complexidade uma vez que o processo de avaliação não pode ser resumido a avaliar apenas de uma única forma, dando margem à ação de exclusão e por seguinte de rotulação, para o avaliador ter critérios válidos que estejam aptos a respeitar e integrar todas as diferenças apresentadas em sala de aula é uma tarefa que exige uma postura profissional apurada que venha a orientar e auxiliar a ação desempenhada pelo educador na sua prática profissional.

Os grandes índices de evasão escolar são gerados por alunos que tem sua estima debilitada e ferida que pode ser causada por uma avaliação mal aplicada, decorrente de um processo educacional desencadeado não coerente com as reais necessidades de educação; as novas diretrizes da educação foram difundidas às escolas através dos PCN's, que foram enviados as escolas públicas, a exigência que os professores da educação básica – Educação infantil e ensino fundamental-1º e 2º ciclo, de que todos

deveriam ingressar em instituições de ensino superior, além de cursos que foram ministrados por órgãos públicos e privados, a fim de melhor instruir os profissionais que atualmente serve de ponto de orientação aos educadores e devido a uma prática educacional com incoerências e falhas estas, acaba por rotular e por seguinte excluindo um aluno do sistema acadêmico e esta penalidade em sua maioria das vezes é errônea, pois um aluno quando não está respondendo a estímulos educacionais, pode-se explicar por vários fatores, que assumem desde a maior escala educacional, como os elaboradores de projetos sociais e educacionais, até os mais próximos como o professor e o educando em sala de aula; mais o mais prático e por seguinte mais grave tanto em aspecto pessoal como em aspecto social, é despejar a incompetência, a irresponsabilidade e a ignorância consciente ou inconsciente por determinados profissionais que atuam na área educacional, é enviar a penalidade a quem não tem como se defender e simplesmente tem que aceitar ao que é determinado, mesmo que isto seja uma ação de injustiça e que venha a prejudicar toda uma ação acadêmico social no seu percurso de vida de cidadão, que irá perder um recurso de se proteger contra a ignorância que o abstém dos recursos sociais.

Tem havido, nos últimos anos, no campo da política educacional, um interesse crescente das taxas de retenção escolar, com referência específica à fase pós-compulsória da escolarização. Esse interesse combina-se com um forte sentimento de urgência para produzir um crescente pânico moral em torno da questão da “juventude” – ou talvez, mais precisamente, do “problema da juventude”. Isso ocorre no contexto de uma expansão extraordinária na importância, alcance e densidade da chamada cultura da mídia e dos correspondentes debates e controvérsias, centrados no suposto declínio da vida contemporânea “(Green & Biguin – 1990)”.

Mas isto não vem a ser sinônimo de defender uma escola que projeta um aluno de um nível de ensino para outro sem os saberes necessários, mas sim melhorar a qualidade educacional e fazer com que a escola, seja uma realidade vivenciada por todos os cidadãos a fim de cada vez mais elevar os níveis educacionais informacionais e sociais e conseqüentemente reduzir o nível de analfabetismo letrado, funcional e político na sociedade e principalmente desenvolver um novo horizonte educacional que esteja aberto a aceitar as diferenças existentes de pessoa para pessoa na sociedade e

respeitar em sua ação social prática e para auxiliar para que se amplie seu horizonte para adquirir seus direitos de cidadania.

A escola deve ser um ambiente agradável e integrante de conhecimentos acadêmicos, a sua vivência prática em sociedade; a avaliação deve ser uma prática decorrente e cotidiana da realidade escolar e deve ser desenvolvida com o intuito de elevar a qualidade educacional e prática decorrente da escola (Cool, 1994).

No desempenho educacional que é desenvolvido nas escolas, existe uma debilitação avaliativa, ou seja, conforme seja a promoção de fases escolares, o número de alunos efetivados no processo de ensino-aprendizagem é reduzido, tal situação pode ser justificada pela defasagem do processo educacional em decorrência de uma série de abalos que debilitam o processo educacional e que cada ano a qual se passa a situação é novamente vivenciado, tal abalo além de problemas enfrentados no horizonte educacional como problemas com a educação pública fornecida a população, problemas internos dentro da escola que assumem espaços menores como o professor em sua sala de aula, com uma ação educacional não respeitando as novas tendências educacionais e por seguinte não respeitando o aluno com suas particularidades não respeitando e sua realidade sócio-econômico e cultural.

A confusão exercida pelas escolas e por seguintes professores de que, a qualidade educacional é atingida por um grande leque de conteúdos, provas que estão com o nível informacional exigido bem além do que o fornecido, é uma prova de que muitos professores não estão preparados para desenvolver um acompanhamento educacional eficiente a seus alunos a fim de formar um cidadão instruído academicamente, criticamente e principalmente socialmente para viver em uma sociedade que vive em constantes transformações e sim alijar o aluno do processo acadêmico por se sentir onipotente.

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo exige, por conseguinte, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes e valores necessários para ser bom cidadão (Santomé, 1993).

Outro fato que deve ser analisado é a prática educacional conteudista desenvolvida, que é praticada de forma isolada da realidade vivenciada do aluno em sua prática. A escola apesar de viver em uma comunidade, que é passiva a uma série de informações a nível mundial, se esquivava desta realidade, vivendo uma prática ignorada em sua essência pelos alunos, mas muito real nas aflições destes, causado por uma possível reprovação, que é causada por uma série de fatores que vão à frente da responsabilidade do aluno, mas que é elaborado em decorrência sofrida por toda uma falha na estrutura educacional e por seguinte social.

A sociedade não se observa como responsável pelo sucesso ou fracasso escolar, principalmente quando analisada as classes sociais menos favorecidas que tem um número muito mais significativo quando comparado ao nível econômico e cultural.

Há dois elementos dessa nova retórica que chamam, poderosamente, atenção: a eliminação da mobilidade social como objetivo e a proposta de subordinar os processos educativos às necessidades econômicas. A influência pública das organizações supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional, na aplicação das políticas de ajuste, serviu para passar, em alguns casos, de um populismo estatizante a um neoliberalismo com exigências de privatização e estabilidade econômica.

Em matéria educativa, os organismos de financiamento internacional – particularmente o Banco Mundial – foram e são fatores decisivos, de forma que a relação custo-benefício e a taxa de retorno influenciaram na definição das prioridades de investimento, nos diversos níveis educativos, e de forma que os critérios de qualidade são associados às competições e aos rendimentos. Também influenciaram para que a redução do papel do estado, na tomada de decisões, a descentralização de instituições escolares autônomas, responsáveis por resultados e em vários casos, o encorajamento de políticas de privatização sejam objetivos prioritários. (Rivero, 1996).

Questionar o processo educacional que é desenvolvido da cidade satélite de Ceilândia do Distrito Federal é um âmbito social que realmente deve ser modificado, pois em grande parte de suas escolas públicas verificasse o descaso numa amplitude bastante significativa, mas para recondicionar a prática educacional, além de utilizar novos parâmetros educacionais; como já é utilizado é necessário fazer um treinamento específico aos profissionais da educação com o objetivo de reestruturar a sua prática de aula, a sua ideologia da educação, leituras direcionadas sobre a prática dos profissionais

da educação e resgatar o educador como a fonte de progressão de novos cidadãos críticos e participativos e por seguinte a sua prática de avaliação. Após condicionar a nova filosofia educacional, aplica-se pesquisas aos agentes que compõe a comunidade escolar visando elevar-se o nível da qualidade educacional e por seguinte reduzir as desigualdades das escolas existentes e respeitando as diferentes realidades escolares decorrentes de cada realidade social, adequando a escola a exigência tanto local como social.

A atual concepção de escola é tida como uma forma de ingresso social principalmente no âmbito que abriga a classes sociais menos favorecidas, onde a própria estrutura social defende a ideologia de que a partir que se possuir títulos educacionais é uma forma de projeção social, aonde se esquecem que nem sempre que é apresentando um título educacional, e possível ter um profissional competente e que venha suprir as reais necessidades de algum órgão em sociedade, a sociedade busca pessoas capacitadas em vários os âmbitos e que deve conscientizar e capacitar os alunos desde as séries iniciais o que a sociedade requer de seus cidadãos, pessoas dotadas de competências que vão além de uma mera reprodução de informações, mas precisa de pessoas politizadas, críticas e conscientes de sua função social e que são responsáveis pela coesão e transformação da sociedade, a partir de uma prática coerente, racional e organizada a fim de se obter melhorias sociais principalmente aqueles que são oriundos de classes sociais menos favorecidas e que precisam de conhecimentos para lutar e conquistar o seu espaço social e seus direitos.

A avaliação escolar é uma questão que deve ser discutida e refletida, pois a prática educacional que é fornecida a estes não vem a suprir os seus reais interesses e necessidades, tanto do aluno, que devido a uma ação decorrente não respeitando as suas diferenças e particularidades, e são vítimas de avaliações que não estão de acordo com a prática desenvolvida, tanto em sala de aula, como em sua aplicabilidade em sociedade, acaba por distanciar este educando do contexto escolar, esta ação de avaliação pode fazer refugiar uma pessoa que se tente a margem social por não sentir integrada as reais necessidades que são exigidas pela escola que não está enquadrada nos novos parâmetros educacionais.

A escola deve ser um ambiente que tenha a função de capacitar pessoas, tanto em conhecimentos específicos, mas principalmente integrar pessoas para viver em

grupo respeitando as diferenças e fazendo respeitar as suas e serem membros ativos no processo social a educação que é fornecida a população não é desenvolvida de forma igualitária em toda a sociedade e nem poderia, pois cada comunidade tem a sua realidade e o processo educacional não deve ocorrer de forma isolada da realidade vivenciada a qual a realidade escolar está inserida (Cool – 1994).

A educação é um processo que é vinculado diretamente aos estado, pois através do processo educacional que é formado cidadãos ativos em sociedade e capacitados para o mercado de trabalho. O espaço real ocupado pela educação pública e as funções por ela desempenhadas, tanto na prática como no plano do discurso, têm a ver com a realização de um projeto no qual o estado assume o desafio de proporcionar educação, basicamente nos níveis primário e médio, com o objetivo de universalizá-las, fornecendo recursos e estruturas organizacionais; atribuindo a si mesmo, enquanto representante da sociedade, um papel importante naquilo que se refere ao planejamento, aos conteúdos, à direção e ao controle desse projeto. O estado também cumpre algumas dessas funções, embora mais francamente, em relação ao ensino privado, uma vez que a educação tem um papel decisivo no funcionalismo de toda a sociedade. A continuidade da educação pública tal como a conhecemos se apóia na existência dessa legitimidade. As formas que ela adota em sua sobrevivência podem variar, como já se insinua nas mudanças que estão ocorrendo (Sacristán, 1997).

A escola atualmente tem a abertura para trabalhar conforme seja a sua realidade, pois o currículo Educacional agora vigente, permite que a escola trabalhe conforme a sua realidade escolar, permitindo assim, que se amplie à vivência prática dos conhecimentos adquiridos e que a comunidade escolar se faça presente dentro da escola, também subsidiando uma maior abertura da comunidade local estar presente dentro da escola e auxiliando na formação de um cidadão crítico e participativo em sociedade e ao educador cabe o compromisso de elaborar uma aula coerente, significativa e que venha respeitar as limitações, diferenças e que sirva de ponto para efetuar-se uma avaliação de essência integradora e que não venha a ser um agente de exclusão e rotulação do educando em sociedade.

Autonomia não significa uniformização. A autonomia admite a diferença e por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, a escola

autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade. Nesse momento, lutar por uma escola autônoma é lutar por uma escola que projete com ela, uma outra sociedade. Pensar numa escola autônoma e lutar por ela é dar um sentido novo à função social da escola e do educador que não se considera um mero cão de guarda de um sistema iníquo e imutável. Mas se sente responsável também por um futuro possível com equidade. (Gadotti – 1997).

As escolas estão se ajustando as novas tendências educacionais, trabalhando as diferenças, mas existem muitos outros fatores que devem ser ajustados e modificados em prol do acompanhamento das novas tendências educacionais e por conseguinte recondicionar a prática visando à elevação da qualidade educacional e redução do processo de exclusão social, que deve ser iniciado no âmbito educacional; refletir em cima do processo avaliativo desencadeado dentro do sistema educacional se faz necessário, uma vez que avaliar assume proporções além de medir, sondar e testar conhecimentos.

“Dentro de uma concepção pedagógica mais moderna, baseada na Psicologia Genética, a educação é concebida como a vivência de experiências múltiplas e variadas tendo em vista o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social do educando. Na sucessão de experiências vivenciadas, os conteúdos são o instrumento utilizado para ativar e mobilizar os esquemas mentais operatórios de assimilação. Nessa abordagem, o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento”.

Dentro desta visão, em que educar é formar e aprender é construir o próprio saber, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz apenas a atribuir notas. Sua conotação se amplia e se desloca, no sentido de verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem.

A educação renovada não mudou apenas os métodos de ensino, que se tornaram ativos, mas influir também sobre a concepção de avaliação. Antes, ela tinha um caráter seletivo, uma vez que era vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série para outra ou de um grau para outro. Atualmente, a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os

objetivos propostos para o processo de ensino-aprendizagem estão sendo atingidos.” (Haydt, 1994)

Refletir e por seguinte transformar a forma de avaliação dentro da escola é uma necessidade na atual filosofia educacional, uma vez que os atuais parâmetros nacionais da educação exigem uma avaliação coerente com a prática decorrente em sala de aula. (Coll, 1994).

Analisar e refletir sobre o sistema de ensino desenvolvido nas instituições de ensino fundamental da cidade satélite de Ceilândia - Distrito Federal, além de fazer comparações sobre as diferentes práticas educacionais desempenhadas pela escola e por seguinte por seus professores, é analisar os possíveis agentes que interferem na avaliação escolar e como auxiliam no processo de exclusão e marginalização escolar, são alguns pontos que devem ser analisados e buscar-se uma forma de controle sobre esta ação que é no ambiente escolar, tentando modificar a prática que indiretamente exercida pela escola, e por seguinte em toda uma sociedade que busca pessoas qualificadas para trabalharem em prol da sociedade, mas que prefere fornecer fins, uma vez que os principais necessários são os meios.

A avaliação escolar deve ser desenvolvida conforme a prática em sala de aula, que deve ser coerente com as atuais tendências que orienta o processo de educação, valorizando e sempre se instruindo para identificar, conhecer e valorizar os conhecimentos significativos e os diferentes tipos de inteligência apresentados por seus alunos e que tais ações sejam o princípio do desenvolver de habilidades para uma vida prática que sempre está e estará sempre sujeita a transformações.

O processo de avaliação abrange todas as facetas do ato de educar, entendendo-se por avaliação um processo mais amplo do que a simples aferição de conhecimentos construídos pelos alunos em um determinado momento de sua trajetória escolar. Deve ser considerado tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como produto alcançado.

Avaliar a aprendizagem, portanto, implica avaliar o ensino oferecido – por exemplo, não acontecer à aprendizagem esperada significa que o ensino não cumpriu sua finalidade; a de fazer aprender. ( Currículo da Educação Básica do Distrito Federal, 2000).

Desenvolver uma avaliação escolar coerente junto à prática decorrente em sala de aula, além de fazer da avaliação escolar um agente propiciador para a melhoria da qualidade educacional decorrente, seria uma forma de se reduzir uma avaliação que seleciona, exclui e por conseguinte marginaliza.

O termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer prova, fazer exame, atribuir nota, repetir ou passar de ano. Esta associação, tão freqüente em nossas escolas, é resultante de uma concepção pedagógica arcaica, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas”.(HAYDT – 1994).

A avaliação apesar de ser uma tarefa árdua dentro da realidade escolar, é uma necessidade, pois além de estar obtendo resultados de uma prática educacional decorrente, que demonstra o resultado do trabalho do educador, e uma forma do professor estar orientando e refletindo sobre a prática educacional, a avaliação não é somente para avaliar o aluno, mas o principal intuito da avaliação escolar é servir de meio para que o educador venha a refletir sobre a sua prática educacional e se esta prática exercida está sendo o necessário para atingir o maior nível de conhecimentos e formação a todos os alunos.

Se a avaliação permite verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, permite também determinar a qualidade do processo de ensino, isto é, o êxito ou o fracasso do trabalho do professor. Nesse sentido, os resultados obtidos na avaliação se constituem em indicadores de reorientação ou de confirmação dos procedimentos e estratégias de ensino programado pelo professor, conforme o caso.(Currículo da Educação Básica do Distrito Federal, 2000).

Praticar uma avaliação coerente com os objetivos que vigoram nas atuais tendências educacionais, e desenvolver uma avaliação diária, analisando aspectos como empenho e participação dos alunos, se os reais objetivos de um conteúdo foram atingidos e principalmente respeitar as diferentes formas de respostas atribuídas a uma determinada avaliação um dos principais caminhos para desenvolver uma avaliação voltada às novas exigências educacionais (Antunes, 2001).

É um trabalho mais difícil de ser efetuado, uma vez que o professor irá sempre estar atualizado com as informações que fazem parte da escola, comunidade, cidade, etc; que são de conhecimentos do aluno e caso não seja é necessário ser transformado em conhecimento comum. O professor precisa de uma maior acervo de conhecimentos e deve trabalhar junto a outros professores para elaborar uma forma de ensino mais significativa, o professor deve abandonar o posto de detentor de todos os conhecimentos, conforme a filosofia da educação tradicional e passar a ser um orientador de pesquisadores crítico-sociais, trabalhando equipe, realizando trocas de experiências, metodologias e recursos de ensino significativo.

Reformular a metodologia educacional praticada nas escolas de ensino fundamental público da cidade satélite de Ceilândia – Distrito Federal, irá subsidiar com o auxílio de toda a comunidade escolar, desde aos diretamente envolvidos como alunos e professores, quanto aos indiretamente envolvidos como pais de alunos, através de pesquisas, conversas informais e formais, comparações de desempenhos escolares, antes e por seguinte após o desenvolver do projeto, análise e comparação de eventos realizados pela escola.

Este projeto a princípio irá ser desenvolvido com alunos que estão cursando o 1º ciclo do ensino fundamental, realizando-se uma sondagem inicial sobre os níveis, os métodos de aprendizagem e avaliação desenvolvidos e atingidos, levando-se em consideração matérias e professores as didáticas de ensino as aprendizagens significativas, recursos didáticos, projetos, eventos realizados pela escola, professores argumentam ter alunos com dificuldades de aprendizagem e de concentração.

Analisar também o grau de responsabilidade e empenho de cada educador frente o seu compromisso no processo de ensino e aprendizagem e o empenho do professor para estar buscando novos recursos e fontes de aprendizagem.

A troca de informações com os diretamente envolvidos com o processo de ensino e avaliação escolar irão ser o ponto de partida para uma aplicação experimental da nova Filosofia educacional, visando comprovar-se a afirmativa acima de que quando efetuado uma avaliação presente e coerente com a realidade vivenciada na escola, respeitando e valorizando as diferentes inteligências apresentadas pelos alunos, repercute diretamente na qualidade educacional atingida.

Compreendida como um processo interativo, do qual deve participar toda a comunidade educativa (professores, alunos, pais, especialistas), a avaliação conduz à superação das concepções quantitativas e autoritárias do conhecimento, buscando a democratização do processo vivido, do produto alcançado. Assim compreendida, a avaliação gera conseqüências positivas para a formação do autoconceito e o projeto de vida do aluno, contribuindo para o desenvolvimento das competências e das habilidades relativas ao aprender a ser “. (Currículo da Educação Básica do Distrito Federal, 2000)”.

Ao conversar com os agentes indiretos do processo escolar, junto a pais e/ou responsáveis e demais agentes, distinguir o grupo de professores que estão praticando sua nova vivência educacional prática-avaliativa em sala de aula e um outro grupo que continua na mesma prática educacional analisando-se irá ser levantados critérios como metodologia de ensino, aplicabilidade de conhecimentos científicos no seu cotidiano e a sua prática de avaliação se é coerente com o desempenho em sala de aula, ou seja, observando que está prática educacional desencadeada está embasada nas atuais tendências da educação, fazendo valer-se a sua profissão de educador e por seguinte de integrador de pessoas no ambiente social, ou se vive em uma essência de uma educação tradicional que já é ultrapassada e que acaba por interferir no sucesso da rentabilidade escolar de seu aluno, verificando-se através de produções dos alunos, questionários direcionados, dinâmicas, debates, projetos desenvolvidos, observaremos o posicionamento crítico, a logicidade na resolução de problemas, a capacitação e organização do trabalho em grupo, a autonomia, a responsabilidade, compromisso, liderança, etc.

Com esta pesquisa objetiva-se demonstrar aos professores que utilizam uma metodologia educacional tradicional, que em sua grande maioria, são os professores que tem os menores rendimentos educacionais tanto em resultados, como desempenho de notas, como em conhecimentos significativos, comportamentais, ou seja, acabam por prejudicar o desempenho escolar tanto do aluno e principalmente do educador em um todo. O aluno porque não consegue assimilar ao conteúdo em sua forma significativa e aplicável em sua vida prática social e profissional, entre outros fatores, ao professor por não conseguir ministrar uma aula eficiente, por não conseguir desempenhar o seu trabalho e por ser rotulado por mal profissional, entre outros.

Por outro lado temos professores que trabalham utilizando didáticas de ensino diversas e que analisam o desempenho de seus alunos em vários aspectos e que não restringe o ato avaliativo em apenas uma menção que é adquirida com uma prova. O professor que faz do seu ambiente de sala de aula, um ambiente propício à pesquisa e que desperta em seu aluno o espírito de colaborador do processo de aprendizagem, além de conseguir melhores rendimentos educacionais tanto em resultados, conhecimentos significativos e colaborador na formação de um cidadão crítico-social participativo, tem maior facilidade e colaboração de seus alunos para efetuar ao seu trabalho.

Com os resultados atingidos através da pesquisa, pretende-se afirmar que a avaliação escolar pode ser um dos agentes responsável pelo fracasso e exclutor social, pois ao analisar o fator “um aluno reprovado”, não analisamos o processo integral que foi desenvolvido para a reprovação deste aluno, mas sim toda uma estrutura que o julga como o único responsável pela reprovação, que na maioria das vezes é de responsabilidade do professor e de toda a sociedade que guarda que devido a vestígios de uma educação tradicional, este professor que tem ou não a consciência pela ação de seus atos ou se esquivava da responsabilidade, fazendo também do seu compromisso de educador uma falsa idéia sendo assim mais um dos responsáveis por excluir e marginalizar um cidadão, que foi alijado por uma falha na estrutura educacional que deveria ter sido modificada, mas que não foi e tal ação acaba por reprovar, rotular como incompetente, o marginaliza por não atingir resultados esperados e é excluído frente aqueles que conseguiram e por toda uma sociedade que seleciona os melhores através de notas e excluir todos aqueles que foram alijados por erros e falta de conscientização de alguns agentes que são responsáveis pelo ato educacional mais que não zelam por sua profissão e compromisso ético ou que muitas vezes não tem a capacitação necessária para desenvolver a atividades que orientam a uma nova prática educacional, que busca uma educação que se estenda a todos e que atenda as reais necessidades na formação de um cidadão para que este não venha a ser um ser marginalizado e alijado do processo social.

## Bibliografia

- ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. & PASSOS, Laurizete F. *Avaliação escolar: Desafios e Perspectivas – Ensinar a Ensinar*. Cortez. 2001.
- ANTUNES, Celso. *Inteligências Múltiplas*. 5º ed. São Paulo – SP. Moderna. 1993.
- BILL, Green & CHRIS, Bigum. *Alienígenas em sala de aula*.
- COLL, César. *Psicologia e Currículo – Uma aproximação psicopedagógica a elaboração do currículo escolar*. 4º ed. São Paulo-SP. Ática. 1999.
- GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 4º ed. São Paulo –SP. Cortez. 1997.
- GENTILI, Pablo & SILVA, Thomas Tadeu da. *Escola S.A. Escola Pública – um modelo ameaçado*. São Paulo. Ática. 1990.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Avaliação do processo de ensino-aprendizagem*. 3º ed. São Paulo. Passos. 1994.
- RIVERO, José. *Educação e exclusão na América Latina*. São Paulo. Ática. 1992.
- RIVERO, José. *Os processos de reforma e modernização educativa*. São Paulo. Ática. 1995.
- SACRISTAN. J. Gimeno. *Escola Pública: um modelo ameaçado*. São Paulo. Escola S/A. 1991.
- SANTOMÉ, Juijo Torres. *As culturas negadas do Currículo*.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: Teorias da educação. Curvatura da vara. Onze teses sobre educação e política*. 30º ed. São Paulo. Autores Associados. 1995.
- Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal. Janeiro-2000.
- PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais da educação. MEC. Introdução.